

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA**

ANTÔNIA MARIA LIMA ARAÚJO

**INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA NA BIBLIOTECONOMIA: um estudo
teórico-bibliográfico nas bases BRAPCI e SciELO**

**BELÉM
2026**

ANTÔNIA MARIA LIMA ARAÚJO

**INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA NA BIBLIOTECONOMIA: um estudo
teórico-bibliográfico nas bases BRAPCI e SciELO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado em formato de artigo à
Universidade Federal do Pará, como
requisito para a obtenção do título de
Bacharelado em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Wendia Oliveira
de Andrade.

**BELÉM
2026**

ANTÔNIA MARIA LIMA ARAÚJO

**INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA NA BIBLIOTECONOMIA: um estudo
teórico-bibliográfico nas bases BRAPCI e SciELO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do
Pará, como requisito para a obtenção do
título de Bacharelado em Biblioteconomia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Wendia Oliveira de Andrade (FABIB/UFPA)
Orientadora

Profa. Dra. Telma Socorro Silva Sobrinho (FABIB/UFPA)
Membro interno

Me. Carlos Augusto Rolim da Silva Júnior
(UFPB) Membro externo

INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA NA BIBLIOTECONOMIA: um estudo teórico-bibliográfico nas bases BRAPCI e SciELO

Antônia Maria Lima Araújo¹
Wendia Oliveira de Andrade²

RESUMO: Discute a partir de uma revisão de literatura, conceitos sobre a informação e documentação jurídica no âmbito da Biblioteconomia e tendo como objetivos específicos descrever os documentos encontrados, a partir da busca documental, que tratam da informação e documentação jurídica; elencar os principais conceitos encontrados e seus respectivos trabalhos. A pesquisa foi realizada em bases de dados, artigos e livros, o que caracteriza a pesquisa como bibliográfica. Os resultados, quais os conceitos de informação e documentação jurídica no contexto da Biblioteconomia, apontam que esses apresentam poucas mudanças e dão ênfase a relação com o campo do conhecimento, Direito, e suas especificidades. Por fim, conclui-se que o bibliotecário jurídico precisa estar sempre em busca de aperfeiçoamento em seu conhecimento diário para atender as exigências do público do Direito e da sociedade em geral que necessitar de informação especializada nessa área.

Palavras-chave: informação jurídica; documentação jurídica; biblioteconomia; bibliotecário jurídico.

LEGAL INFORMATION AND DOCUMENTATION: theoretical discussions

ABSTRACT: Based on a review of the literature, this paper discusses concepts related to legal information and documentation in the field of Library Science. Its specific objectives are to describe the documents found in the literature search that deal with legal information and documentation and to list the main concepts found and their respective works. The research was conducted in databases, articles, and books, which characterizes the research as bibliographic. The results, such as the concepts of legal information and documentation in the context of Library Science, indicate that these have changed little and emphasize the relationship with the field of knowledge, Law, and its specificities. Finally, it is concluded that legal librarians must always seek innovations in their daily knowledge to meet the demands of the legal community and society in general, which require specialized information in this area.

Keywords: legal information; legal documentation; library science; legal librarian.

1 INTRODUÇÃO

Com o crescimento do volume de documentos no âmbito das entidades jurídicas como tribunais, ministérios, escritórios de advocacia, tornou-se necessário fazer a organização técnica e científica, como o controle, a análise e a disseminação dessas informações, exigindo procedimentos cada vez mais eficazes. Nesse sentido, houve necessidade da criação de um ramo especializado do saber, a Documentação Jurídica. “Assim, essa informação pode ser avaliada sob a perspectiva da Biblioteconomia, assegurando-lhe o caráter especializado, preciso e confiável e, qualificando-a para subsidiar decisões nas especificidades do Direito.”

A presente pesquisa visa discutir sobre a informação e documentação jurídica no âmbito da Biblioteconomia, no qual dentro da literatura especializada diversos autores - como Atienza (1979), Passos e Barros (2009), entre outros -, tratam diferentes conceitos para informação e documentação jurídica. Tendo em vista a crescente atuação dos bibliotecários na área jurídica, faz-se importante discutir a atualização dos conceitos mais presentes na área.

A documentação e a informação jurídica apresentam uma linguagem específica de sua área tornando necessário a busca da informação correta para o usuário. Conforme a obra de Barros e Passos (2009) eles apresentam uma versão atualizada e especializada de termos jurídicos citados na hierarquia das leis dos atos legislativos como Constituição, leis complementares, emendas, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções, conforme ratificado por Braga (2024).

Segundo Paiva (2002), o documento jurídico por ser um tipo de documento especializado, com características inerentes ao Direito como a produção, forma, contendo a linguagem que depende do seu termo específico, o seu conceito ainda é difícil de ser compreendido.

Segundo os estudos de Costa (2010), nos Tribunais de Justiça do Brasil, chamou a atenção os dados levantados sobre o setor acadêmico de Biblioteconomia, para direcionar ações para especialização jurídica e formar bibliotecários aptos para atuar nesta área, bem como adequar as escolas de Biblioteconomia a ofertar mais disciplinas,

cursos de extensão e especialização em Direito e à documentação jurídica. O motivo surgiu devido aos bibliotecários que atuam neste setor, sentirem dificuldade com a terminologia jurídica, a falta de investimento na capacitação de servidores, dificuldade do acervo em acompanhar a atualização dos documentos e constantes alterações na legislação (Costa, 2010).

Assim, o artigo tem como objetivo geral mapear, a partir de uma revisão de literatura, conceitos utilizados na Biblioteconomia que tratam da informação e documentação jurídica. E, como objetivos específicos: descrever os documentos encontrados, a partir da busca documental, que tratam da informação e documentação jurídica; elencar os principais conceitos encontrados e seus respectivos autores e trabalhos.

A justificativa da pesquisa, fundamenta-se a partir da experiência de estágio dentro de uma instituição jurídica, a Procuradoria-Geral do Estado do Pará. No qual faz-se uso da linguagem de Direito para realizar a indexação de documentos na (na) base de dados LexPGE, apresentando na época dificuldade em adaptar-se a essa terminologia. Para tanto, a pesquisa apresenta-se no sentido de trazer um mapeamento do que está sendo publicado sobre a informação e a documentação jurídica, a partir da Biblioteconomia.

Nesse contexto, despertou-se o interesse para a temática da pesquisa e, também, para que este artigo seja um referencial de promoção e disseminação da informação e documentação jurídica para todos aqueles que fazem uso dessa língua de especialidade (Andrade, 2014).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa de natureza bibliográfica, por ser desenvolvida a partir de material já elaborado, especialmente de livros e artigos científicos conforme define Gil (2002), no qual, a partir do conhecimento levantado das teorias, o pesquisador faz análise e avaliação das produções para posterior entendimento ou explicação do problema investigado de acordo com a definição de Köche (2011). A abordagem da pesquisa é essencialmente qualitativa, sem uso de recursos quantificadores de maior

complexidade (Andrade, 2014). Para fundamentação teórica fez-se uso de vários autores, mas em especial, descreve-se sinteticamente aqueles que se fizeram importantes, a saber: Miranda e Santos (2018), refletem em seu artigo sobre o tratamento da informação na Documentação Jurídica com base na tríade: leitura documentária, linguagem jurídica e análise de discurso;

- Jovanovich e Cavalcante (2017), apresentam em seu artigo uma pesquisa que busca refletir sobre a interdisciplinaridade da Ciência da Informação e sua relação com a Ciência Jurídica, com a intenção de buscar alicerces para fundamentar a ideia de interdisciplinaridade entre ambas.
- Ortega (2016), discute em seu artigo, conceito de documento em abordagem bibliográfica na perspectiva de vertentes constituintes do campo das disciplinas (Bibliografia, Documentação, Ciência da Informação, e Biblioteconomia), permitem um conceito de documento no sentido de objeto empírico sobre o qual recaem os procedimentos, com intuito de mediação documentária em abordagem bibliográfica.
- Souza (2013) trouxe em sua dissertação de mestrado os complexos processos que integram o Direito, em sua função de estabelecer normas de conduta para a sociedade, geram um grande volume de documentos, que é o objeto de estudo da Ciência da Informação. Tendo em seu objetivo a caracterização do documento jurídico para a organização da informação;
- Koche (2011), selecionado por trazer fundamentos de metodologia científica para teoria da ciência e iniciação científica, abordando conceitos de tipos de pesquisa bibliográfica, com intuito de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, indispensável para qualquer pesquisa.
- Passos e Barros (2009), trazem em sua publicação informações básicas sobre a área jurídica, tratando também do universo da informação jurídica, características do bibliotecário jurídico e a pesquisa em ambientes virtuais e por fim estuda as fontes primárias e as secundárias na documentação jurídica.
- Passos (1994), aborda em seus relatos de experiências, estudo dos instrumentos utilizados para manter a produção, publicação e controle da informação jurídica, nas bases de dados do Senado Federal, demonstrando suas vantagens e desvantagens

dos vocabulários empregados na indexação e recuperação dos documentos.

Reitera-se que os autores supracitados embora discutam sobre a temática da pesquisa não são os mesmos trabalhos recuperados na busca documental estruturados nos resultados da pesquisa.

Quanto aos procedimentos de coleta baseou-se no modelo de mapeamento sistemático de literatura de Ramires (2022) e Tolare e Fujita (2022), haja visto que o modelo sistemático de literatura é o conjunto das pesquisas finalizadas e definidas, que tornam possível a avaliação dos resultados desses estudos para comprovar conclusões sobre um determinado corpo de conhecimento.

O estudo sobre a informação e documentação jurídica no âmbito da Biblioteconomia foi embasado em obras de autores como Fujita (2003), Atienza (1979), Passos e Barros (2009), artigos, teses, monografias, dissertações, consultadas em Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Considerando o contexto do estudo, fez-se buscas na BRAPCI e SciELO com os seguintes descritores simples e compostos: documentação jurídica, informação jurídica, bibliotecário jurídico, biblioteconomia e Direito. Com utilização de termos citados, fez-se uso dos operadores booleanos como AND (e) e estratégias de busca: “informação” AND “documentação jurídica” entre aspas ("") para fazer buscas exatas. Os demais filtros de busca aplicados foram ano, título e idioma.

A seguir o protocolo de mapeamento descrito no quadro 1:

Quadro 1 – Características metodológicas da pesquisa

Passo 1: Mapeamento	
Objetivo	Discutir a partir de uma revisão de literatura, conceitos sobre a informação e documentação jurídica no âmbito da Biblioteconomia.
Pergunta norteadora	Como estão os conceitos de informação e documentação jurídica na literatura em relação a Biblioteconomia?
População	Artigos científicos, teses, monografias, dissertações na área da Ciência da informação e Biblioteconomia
Intervenção	Publicações científicas em português
Controle	Publicações científicas em texto completo

Resultados	Seleção e análise dos dados das publicações científicas recuperadas
	para identificação de pesquisas, autores, datas das publicações, problemas, procedimentos, desenvolvimentos, identificação da distribuição temporal das publicações.
Termos de busca e combinações	“documentação jurídica” AND “bibliotecário”; “informação jurídica” AND “bibliotecário”; “Ciência da informação” AND “documentação jurídica”; “informação” AND “documento jurídico”; “Ciência da informação” AND “informação jurídica”; “biblioteconomia” AND “Direito”.
Passo 2: Definição de fontes	
Bases de dados utilizadas	BRAPCI, SCIELO
Passo 3: Definição de critérios de seleção de fontes	
Critério de busca	Publicações em forma de artigos científicos em texto completo
Idioma	Português
Temporalidade	2009 ao primeiro semestre de 2025
Métodos de seleção	Busca bibliográfica em bases de dados sobre o assunto do primeiro item, por palavras-chave; Análise e seleção de textos da pesquisa bibliográfica com base no assunto, a partir da leitura do título, do resumo, para identificar a temática delimitada; Leitura dos trabalhos selecionados como introdução, resultados, conclusões, considerações finais, citações; Fichamento dos textos selecionados para realização da análise;
Passo 4: Critérios de seleção de documentos	
Critérios de inclusão	Publicações científicas em forma de artigos, teses, monografias, dissertações, disponíveis em texto completo que contemplam os caracteres de buscas citadas. O tema será a informação e documentação jurídica: discussões teóricas.
Critérios de exclusão	Ser artigo de periódico fora do período temporal delimitado. Possui um idioma diferente do selecionado. Não ter ligação direta com o tema escolhido.

Fonte: Adaptado de Silva, Correa e Fujita (2023)

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, buscou-se apresentar teoricamente a definição de informação e documentação jurídica recuperadas a partir dos critérios anteriormente descritos.

3.1 Informação e documentação jurídica: conceitos recuperados

O universo da pesquisa recuperou 622 documentos, sendo 586 artigos na BRAPCI, com termos de busca simples e composto como documentação jurídica, informação jurídica, bibliotecário jurídico, biblioteconomia e Direito e 36 na SciELO. Desse montante, com a aplicação dos filtros (Autor, idioma, ano), leitura do título, resumo e texto completo, 08 artigos tratam dos conceitos de informação e/ou documentação jurídica, relacionados à Biblioteconomia. Tem-se no quadro 2, o quantitativo:

Quadro 2 – Documentos recuperados e aplicação de filtros

	BRAPCI	SciELO
Artigos	586	36
Aplicação de filtros	- 579	- 34
TOTAL	06	02

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os 08 (oito) artigos selecionados apresentam-se: em língua portuguesa; texto completo; a temporalidade pré-determinada; abordam o assunto da pesquisa, a partir dos termos de busca (Quadro 1, passo 1). Tem-se no quadro 3, os artigos específicos da seleção organizados por autoria, ano, título do artigo, mais o termo o qual o documento foi recuperado:

Quadro 3 – Artigos recuperados: autoria, ano, título e termo recuperado

Autoria e ano	Título do artigo	Termos Recuperados
Braga (2024)	Direito Constitucional Grifado	Documentação jurídica
Silva; Correa; Fujita (2024)	A Indexação da informação jurídica: mapeamento sistemático na área de Ciência da Informação	Informação jurídica; representação da informação
Corrêa (2023)	A formação do bibliotecário jurídico no Brasil: uma análise das disciplinas sobre informação jurídica das universidades federais brasileiras.	Bibliotecário jurídico; Biblioteconomia Especializada)
Barro s (2019)	Avaliação de Fontes de informação para busca de documentos jurídicos na Internet: uma reflexão à luz das cinco leis de Ranganathan e dos critérios de acessibilidade	Informação jurídica
Passos (2019)	Mercado de trabalho para o bibliotecário jurídico nas bibliotecas do poder.	Bibliotecário jurídico
Miranda (2018)	Documentação jurídica: interfaces da leitura Documentária, linguagem e análise de discurso no tratamento da informação.	Documentação jurídica
Andrad e (2014)	Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no Arquivo da Justiça Federal da Paraíba	Ciência da Informação
Boccato (2009)	A linguagem documentária vista pelo conteúdo, forma e uso na perspectiva de catalogadores e usuários.	Documentação Jurídica

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

3.2 Síntese dos trabalhos

Apresenta-se os 08 (oito) documentos com autoria e resumo das principais ideias, as quais têm relação com informação e documentação jurídica. Por ordem do mais recente ao mais antigo, sintetiza-se as ideias apresentadas:

- Braga (2024) - apresenta conceitos das características das normas constitucionais veiculados na Constituição (Federal da 1988) ou não, se a matéria é ou não constitucional, dito isso, as normas possuem quatro grandes características que permitem a distinção entre elas e as normas legais em geral, como superioridade hierárquica, caráter político, conteúdo específico e natureza da linguagem;
- Silva, Correa e Fujita (2024) - abordam o tratamento da informação Jurídica que é

feito por meio da indexação e pelo mapeamento sistemático de literatura e a identificação de um panorama dessas publicações na Ciência da Informação;

- Corrêa (2023) - analisa as disciplinas sobre informação jurídica dos cursos de Biblioteconomia de universidades federais brasileiras com intuito de verificar se elas apresentam conteúdos recomendados pela literatura;
- Barros (2019) - selecionado por trazer parâmetros de avaliação das fontes de informação jurídica, ou não, em busca da qualidade da informação ao usuário, a partir dos critérios de acessibilidade e das cinco leis de Ranganathan que ainda hoje serve de critérios de avaliação dos conteúdos oferecidos na internet;
- Passos (2019) - trata de analisar o mercado de trabalho para bibliotecários jurídicos nas instituições do poder legislativo federal e em tribunais superiores, apresentando como este cenário específico se comporta no Brasil;
- Miranda e Santos (2018) - refletem em seu artigo sobre o tratamento da informação na Documentação Jurídica com base na tríade: leitura documentária, linguagem jurídica e análise de discurso;
- Andrade (2014) - buscou traçar o perfil do usuário e do profissional/gestor da informação do Arquivo Judicial da Justiça Federal da Paraíba para conhecer esses usuários e descrever suas estratégias de busca pela informação contidas nos documentos que se encontram no referido arquivo;
- Boccato (2009) - versa sobre as linguagens documentárias, estruturadas e controladas, vistas pelo conteúdo, forma e uso na perspectiva de catalogadores e usuários, construídas a partir de princípios e significados advindos de termos constituintes da linguagem de especialidade e da linguagem natural (linguagem comum), com a proposta de representar para recuperar a informação documentária.

Os trabalhos citados, recuperados a partir da busca informacional, tratam tanto da informação quanto da documentação jurídica, um como o teor do que o conteúdo do documento comunica e outro como o suporte referente às práticas utilizadas pelo bibliotecário para representar a informação jurídica. Discutem ainda sobre as atualizações na área e da necessidade dos bibliotecários que atuam na área ater-se às mudanças legislativas e jurisprudenciais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou relevantes conceitos sobre a informação e documentação jurídica no âmbito da Biblioteconomia, no qual contribuíram para atuação social do bibliotecário jurídico, tornar-se um referencial teórico norteador, importante na promoção e disseminação da informação jurídica para a sociedade buscar seus direitos.

Como os objetivos buscaram mapear e descrever os documentos encontrados, a partir da pesquisa bibliográfica, que tratam da informação e documentação jurídica; elencar os principais conceitos encontrados e seus respectivos trabalhos, entende-se que esses foram cumpridos. Para além dos resultados apresentados, discute-se sobre o papel do bibliotecário frente às questões conceituais da área, em especial da área jurídica.

Inferi-se para além do exposto que para o bibliotecário jurídico se manter no mercado de trabalho, necessita conhecimento das terminologias do Direito e estar em constante atualização de seu perfil de atuação. O bibliotecário jurídico deve procurar ser participativo em eventos, congressos, seminários, cursos, atualização, pois, vive-se em um momento contemporâneo no qual se destaca o valor e o poder da informação. É necessário investir em formação continuada e manter-se atualizado nas questões legislativas e doutrinárias para atuar com competência nesse mercado em constante mudança.

Nesse sentido, é primordial saber lidar com a informação correta e competir no mercado de trabalho, agregando valor informacional às atividades das organizações, buscando selecionar, organizar, divulgar e disseminar a informação, segundo Corrêa (2023).

Torna-se evidente o importante papel do bibliotecário como mediador da informação ao oferecer informações precisas e atualizadas que garantam qualidade na prestação do serviço às instituições e aos usuários do Direito. É um mediador estratégico na área jurídica para garantir acesso e segurança informacional para as instituições. O bibliotecário que atua na área do Direito, precisa se destacar em algumas competências, entre elas habilidade do entendimento do sistema legal e suas peculiaridades, na terminologia própria do ambiente jurídico e precisa ter o domínio das fontes de informação primárias, secundárias e terciárias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, W. O. **Usuários da informação jurídica**: quem são e como funciona o fluxo informacional no Arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB). 138 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3963> Acesso em: 13 out. 2025.

ATIENZA, C. A. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Chiamé, 1979.

BARROS, L. V. Avaliação de Fontes de informação para busca de documentos jurídicos na Internet: uma reflexão à luz das cinco leis de Ranganathan e dos critérios de acessibilidade. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 222-233, jan./jun. 2019. Disponível em https://www.academia.edu/128075638/Avalia%C3%A7%C3%A3o_de_Fontes_de_informa%C3%A7%C3%A3o_para_busca_de_documentos_jur%C3%ADdicos_na_Internet_uma_reflex%C3%A3o_%C3%A0_luz_das_cinco_leis_de_Ranganathan_e_dos_crit%C3%A9rios_de_acessibilidade Acesso em: 22 fev. 2026.

BARROS, L. V. Reflexões sobre o ensino da Documentação Jurídica no Brasil: a experiência da disciplina no currículo do Curso de Biblioteconomia da UFPA. *In*. SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 1., 2007, Brasília, DF. **Anais [...]** Belo Horizonte: Forum, 2007. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/49089>. Acesso em: 11 ago. 2023.

BOCCATO, V. C. **A linguagem documentária vista pelo conteúdo, forma e uso na perspectiva de catalogadores e usuários**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BRAGA, F. **Direito Constitucional Grifado**. 4. ed. ver. atual. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

BRILHANTE, B. **LEXPGE**: banco de dados da Procuradoria passa a ser o link oficial de consulta legislativa do Estado. Belém: Agência Pará de Notícias, 2024. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br>. Acesso em: 02 abr. 2025.

CORRÊA, J. G. M. A formação do bibliotecário jurídico no Brasil: uma análise das disciplinas sobre informação jurídica das universidades federais brasileiras. **Transinformação**, v. 35, p. 1-13, jun. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/kbVSZ3CXR3cFP6hSJTJhzRx/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025.

DIAS, E. J. W. A Documentação Jurídica. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, v. 28, n. 23-25, p. 232-241, 1980-1982. Disponível em: https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/pt_BR/article/view/933. Acesso em: 08 abr. 2025.

FUJITA, M. S. L. A leitura do indexador: estudo de observação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 101 - 116, jan./jun.1999. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/37946>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FUJITA, M. S. L. A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/68922>. Acesso em: 22 ago. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JOVANOVIĆ, E. M. S.; CAVALCANTE, L. E. Interdisciplinaridade entre Ciência da Informação e a Ciência Jurídica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: Unesp, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/104987>. Acesso em: 11 fev. 2026.

JUVÊNCIO, C. H.; RODRIGUES, G. M. Homo Documentator: Suzanne Briet e a construção do Documentalista. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 60–74, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1175>. Acesso em: 11 fev. 2026.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.

MIRANDA, R.; SANTOS, C. A. C. M. Documentação jurídica: interfaces da leitura documentária, linguagem e análise de discurso no tratamento da informação. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 299-316, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650313> . Acesso em: 03 abr. 2025.

NUNES, A. H. M. **Cecília Atienza**: uma vida dedicada à Biblioteconomia jurídica. Belém: UFPA, 2013. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/baeceb8d-e12d-4cd6-888c-f0208acd8b65/content>. Acesso em: 11 fev. 2026.

ORTEGA, C. D. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 41-64, ago. 2016. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/pt_BR/article/view/118749. Acesso em: 05 abr. 2025.

PASSOS, E. J. L. O controle da Informação Jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/19417>. Acesso em: 11 fev. 2026.

PASSOS, E. Mercado de trabalho para o bibliotecário jurídico nas bibliotecas do poder. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 69-76, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/48228>. Acesso em: 08 abr. 2025.

PASSOS, E.; BARROS, L. V. **Fonte de informação para pesquisa em Direito**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

SANTOS NETO, A. L. D.; CORDEIRO, R. I. N. Contribuições para análise, descrição, e representação arquivística da informação dos cinejornais da agência nacional.

Informação & Sociedade: estudos, João Pessoa, v. 25, n. 2, p. 63, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101884>. Acesso em: 22 out. 2023

SILVA, G. B.; CORRÊA, R. F; FUJITA, M. S. L. Indexação da informação jurídica: mapeamento sistemático na área da ciência da informação. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 15, n. 1, 2024. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/v/303579> Acesso em 11 fev. 2026

SOUZA, S. T. ; ALMEIDA, M. B. de A caracterização do documento jurídico para a organização da informação. **XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012**. <https://cip.brapci.inf.br/download/175560> Acesso em 02 mar. 2026.